

Senhor Presidente, Ministro Francisco Falcão

Senhora Vice-Presidente, Ministra Laurita Vaz

Senhor Diretor-Geral, Ministro Humberto Martins

Servidores,

Senhoras e senhores

Amigos e colegas,

Enfim, todos amigos,

Somos-lhes mui gratos.

Em solenidades que tais, melhor seria que o homenageado(s) não falasse, salvo, ao cabo, quem sabe, que apresentasse agradecimentos e dissesse da honra de ter o seu retrato compondo a Galeria de Diretores, também da honra de servir, no Tribunal e na Escola Nacional, à causa da Justiça.

Pediram-me, no entanto, algumas palavras. Sabem que foi pela antiguidade, pelos meus vinte e um anos e alguns dias de Superior Tribunal. Também, por ter sido o primeiro Diretor-Geral.

Tenho então um agradecimento e uma palavra de recordação e/ou um depoimento. Serão, portanto, duas palavras, em tom coloquial: pura conversação entre amigos. Eu não vim fazer um discurso. O que queremos é que compartilhem, amigos, da nossa alegria e felicidade nesta homenagem, que é um ato de bondade. Ou a consoladora revelação de que o nosso intento não foi inutilmente: Fernando Gonçalves (2009/2010), Felix Fischer (2010), César Rocha (2010/2012), Eliana Calmon (2012/2013), João Otávio de Noronha (2013/2015).

Que honraria, somos agradecidos: o elegante momento há sempre de nos acompanhar, compondo a nossa memória.

Senhoras e Senhores,

Deve-se viver a vida olhando para a frente, mas só se pode entendê-la olhando para trás.

Somos feitos de memória – somos, ao mesmo tempo, início, meio e fim. Somos feitos de lembranças e recordações.

Lembranças e recordações, enfim, memórias que fazem histórias.

Permitam-me, neste momento, olhar para trás. Queremos, ou não, entender a vida?

Pois neste momento elegante, mágico e inteligente, haveria mesmo eu de lembrar e recordar outro momento também elegante, mágico e tão inteligente, e qual momento, aquela remota manhã chuvosa do mês de novembro em que ouvíamos pela primeira vez, dos membros da Assembleia Constituinte a ideia de criação de um tribunal ao qual competiria assegurar a unidade da jurisprudência do direito federal. Falava-se da criação do Superior Tribunal de Justiça. A mim, desde aquele momento, pareceu-me tratar-se de significativo projeto, e grande, no qual nos envolveríamos de corpo, mente e coração. Se a muitos não faltou disposição desde que conhecida a ideia, a mim, particularmente, antes mesmo de seu anúncio, não faltou. E veio o Superior Tribunal como resultado concreto da vontade comum de implementar avanços na justiça brasileira, reordenando-se a sua estrutura, principalmente os órgãos de superposição.

Pois neste elegante momento, haveria também eu de lembrar e recordar um sonho, um sonho que criou o futuro (o tempo é sempre o tempo!), o sonho de Sálvio de Figueiredo.

Somos ou não somos memória – memórias que fazem história. Somos, ao mesmo tempo, infância, adolescência, maturidade, velhice, conta-nos o grande cineasta Fellini. E *la nave va*.

Permitam-me, então, olhar para trás.

Haveria eu pois de lembrar e recordar nossa Comissão de Assuntos Institucionais, formada, desde que instalado o processo de revisão constitucional – Pádua Ribeiro, Costa Leite, Eduardo Ribeiro, Rui Rosado,

Sálvio de Figueiredo e eu -, e foi lá, na Comissão, que nasceu a ideia da Escola, o sonho de Sálvio de Figueiredo – outra ideia e outra realidade.

Vamos criar a Escola, lembrava-nos com veemência Sálvio, sim, sim, e vamos prendê-la logo e logo ao Superior Tribunal, respondíamos nós.

Tornou-se realidade. A vida é um sonho.

Pois neste momento elegante, mágico e inteligente, haveria eu de lembrar e recordar o ano 2007, quando da instalação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, e lá disse eu naquela remota e significativa tarde do dia 12 de abril.

O papel institucional e constitucional da Escola Nacional se reveste de grande significado. Papel que há de ser melhor definido pelas incumbências que lhe foram atribuídas, a saber: definir as diretrizes básicas para a formação e aperfeiçoamento dos magistrados; fomentar pesquisas sobre temas relevantes para o aprimoramento dos serviços judiciários; promover intercâmbio com entidades nacionais e estrangeiras ligadas ao ensino e pesquisa, bem como entre o judiciário brasileiro e o de outros países; formular sugestões para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico.

Hoje, talvez mais que ontem, andamos entendendo que o aumento das exigências da justiça (entre outras, celeridade, efetividade) soa como imperativo de aperfeiçoamento. Neste Brasil de tantas culturas, de realidades tão dessemelhantes, de diferenças tão palpáveis, é preciso, mais do que nunca, encurtar distâncias, retificar caminhos e fixar diretrizes para uma prestação jurisdicional precisa e perfeita. Para isso, o nosso empenho, dizia eu.

Essa, a nossa tarefa. Esse, o nosso sonho: ver, naqueles que a Escola continuamente aperfeiçoará nas diversas matérias, magistrados que, em todas as circunstâncias, de maneira intangível, velem pelo que venho dizendo, isto é, pela boa interpretação e pela melhor aplicação da lei e pela proteção das liberdades individuais.

Foi instalada naquele remoto 12 de abril. Teria sido quase impossível montar a Escola, dar-lhe corpo e alma, talvez mais alma, sem a colaboração de amigos e colegas, principalmente de operosos magistrados. Foram-me caros e importantes. Mas tenho dívida especial para com os colegas e amigos Luis Felipe Salomão, Jane Silva, Marcos Alaor e Eládio Lecey.

Empenho, tarefa e sonho, se lá eram os da instalação, foram e são os dos sucessivos Diretores, Fernando Gonçalves, Feliz Fischer, César Rocha, Eliana Calmon, João Otávio, Humberto Martins.

Um dia, por certo, lá na frente, lá na frente, alguém que vive e respira história irá contar com brilho a profunda e poderosa história do Superior Tribunal e da Escola Nacional: verdade nua e pura da inteligência e da cultura, da alegria e da felicidade, do bom humor e da disposição, do poder e da autoridade (autoridade dos prudentes), de tudo enfim que nos faz gostar ainda mais da vida.

De minha parte, ando contando histórias aos netos, Davi e Maria Cecília, pois foi ouvindo histórias do avô, que muitos escreveram e escreveram e até ganharam o prêmio Nobel. Tenham o mesmo comportamento. Esperamos que se tornem fantásticos contadores de histórias, já que a narrativa é uma disposição humana universal. Que contem ao futuro, entre outras, a história do Superior e da Escola. Que narrem a nossa história, por favor.

E aquela remota e significativa manhã chuvosa de novembro, e aquela sonhada e significativa tarde de abril. Quantas saudades! Saudades desse delírio sem

remédio que é o ofício de julgar: assegurar a todos, indistintamente a todos, indistintamente (um dos pressupostos da lei é a generalidade, a universalidade, na sábia expressão de Ulpiano), enfim, garantir a todos princípios e fundamentos, alguns até careceriam de lei escrita, a presunção de inocência, inevitáveis que são, vigem desde os tempos mais remotos, sem que ninguém possa dizer quando surgiram, conforme o profundo episódio de Antígona, que nos permite compreender porque certos dias somos pequenos, porque certos dias somos grandes.

Vivemos olhando para a frente, mas somos memória, fazemos história.
Contem-na, sempre e sempre, por favor.

Nilson Naves